EDUCAÇÃO ESPECIAL: METODOLOGIAS ATIVAS PARA OS ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

RENILDA AIRES PENHA DA COSTA

RESUMO
O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é considerado um transtorno do desenvolvimento que se apresenta nos primeiros anos de vida, geralmente, em torno de dois e três anos de idade, momento que a criança passa a conviver e criar novas relações sociais, com pessoas que não são da sua família, ou seja, no caso do ambiente escolar, os professores. O transtorno foi objeto de estudo de biólogos, geneticistas e psicanalistas, permanecendo um enigma sobre a sua origem e progressão. Ainda segundo o autor, algumas características que indicam a presença de TEA são: a criança gosta de permanecer sozinha; acontecimentos ao seu redor não lhe interessam; não demonstra afetividade com os demais; dificuldades na fala; não gosta de sair da rotina; se apega a dados objetos; evita contato visual; e em casos mais graves pode exibir crises de agressividade. Nesse sentido, essa criança deve ser compreendida e respeitada como ser em desenvolvimento, necessitando da mediação de recursos planejados pelo professor, através de atividades lúdicas respeitando o seu tempo de aprendizagem. Desta forma, o presente artigo apresenta como objetivo geral, a discussão da Educação Especial na perspectiva da criança com TEA; e como objetivos específicos, metodologias que contribuam para o desenvolvimento desse estudante, em especial. A metodologia escolhida foi a qualitativa para o levantamento bibliográfico a respeito do tema. Os resultados encontrados indicaram que o professor precisa ter a capacidade de observar quais são as reais necessidades e observar o nível de desenvolvimento dessas crianças em especial, sabendo quais habilidades devem ser aprofundadas com a criança. Além disso, através de jogos e brincadeiras voltados ao hiper foco da criança. Estabelecer, em um primeiro momento vínculo afetivo de segurança, partindo do que lhe causa prazer e interesse, auxiliar o mesmo na transposição de barreiras de acesso ao currículo.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Educação Especial; Metodologias Ativas.

ABSTRACT
Autism Spectrum Disorder (ASD) is considered a developmental disorder that presents itself in the first years of life, generally around two and three years of age, when the child begins to live and create new social relationships with people. who are not part of your family, that is, in the case of the school environment, the teachers. The disorder has been the subject of study by biologists, geneticists and psychoanalysts, and its origin and progression remains an enigma. According to the author, some characteristics that indicate the presence of ASD are: the child likes to be alone; events around you do not interest you; does not show affection towards others; speech difficulties; does not like to leave the routine; clings to data objects; avoids eye contact; and in more serious cases it may exhibit bouts of aggression. In this sense, this child must be understood and respected as a developing being, requiring the mediation of resources planned by the teacher, through playful activities respecting their learning time. Thus, this article presents as a general objective, the discussion of Special Education from the perspective of children with ASD; and as specific objectives, methodologies that contribute to the development of this student, in particular. The methodology chosen was qualitative for the bibliographical survey on the topic. The results found indicated that the teacher needs to be able to observe what the real needs are and observe the level of development of these children in particular, knowing which skills should be deepened with the child. Furthermore, through games and games aimed at the child's hyper focus. Establish, at first, an emotional bond of security, based on what gives them pleasure and interest, helping them overcome barriers to accessing the curriculum.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; Special education; Active Methodologies.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma

condição neurobiológica caracterizada por desafios na comunicação social, comportamentos repetitivos e interesses restritos. Manifesta-se de forma diversa, variando amplamente em termos de habilidades e necessidades entre os indivíduos.
Crianças e adultos com o transtorno podem apresentar dificuldades em interações sociais e na compreensão de nuances comunicativas, além de possuírem rotinas rígidas e um foco intenso em tópicos específicos. A identificação precoce e intervenções personalizadas são cruciais para o desenvolvimento e a integração social dessas pessoas, promovendo uma melhor qualidade de vida e maior independência.
Atualmente, muito se tem discutido sobre a reformulação do currículo, onde as adaptações das estruturas no ambiente escolar para receber o estudante com deficiência bem como as leis que o amparam, que são as políticas públicas voltadas a inclusão, dentre outros aspectos, devem ser trabalhados para que os estudantes, sobretudo os diagnosticados com TEA, possam participar do processo de ensino e aprendizagem em sua totalidade.
Por outro lado, o que se tem vivenciado nas unidades escolares, desde a Educação Infantil, é um formato de educação que pouco tem alcançado este grupo, que vem crescendo de forma exponencial.
Como justificativa, pensando na importância da ludicidade no desenvolvimento de crianças com TEA é preciso investigar como esta base epistemológica pode ser aplicada desde a Educação Infantil, de forma elas, com jogos psicomotores, por exemplo, possam avançar no conhecimento do seu corpo, contribuindo para fazer tarefas cotidianas, conectando a autonomia.
Os jogos e brincadeiras, por terem caráter coletivo, propiciam o despertar da curiosidade, o que conduz a compartilhar e adquirir informações, proporcionando os avanços nos processos de aprendizagem, comunicação e interação.
As crianças aprendem com as interações, com as brincadeiras, jogos simbólicos, e é nesta perspectiva que se deve considerar o estudante com TEA, através da concepção de criança e infância, como protagonista no seu espaço.
Como problemática, infelizmente, ainda muitas escolas não se encontram preparadas para receber e atender as crianças com o transtorno, e por esse motivo, muitas acabam não se desenvolvendo como deveriam.
Desta forma, o presente artigo tem como objetivo geral, a discussão da Educação Especial na perspectiva da criança com TEA; e como objetivos específicos, metodologias que podem contribuir para o desenvolvimento desse estudante, em especial.

DESENVOLVIMENTO

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA

Quando se pesquisa sobre a Educação Especial no Brasil é perceptível que essa história é bem atual, pois a discussão incessante sobre o assunto começou por volta de 70 a 80 anos.
Quanto a legislação pode-se destacar em especial, veio a assegurar os direitos das pessoas com deficiência através dos artigos 5º, caput; 7º, inciso XXXI; 37, inciso VIII; 203, inciso IV e V; 208, inciso III; e 227, inciso II do parágrafo I e II (BRASIL, 1988).
Em 1994, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, ocorrida em Salamanca, discutiu além dos direitos, a inclusão, produzindo um documento voltado à urgência da inclusão de estudantes com deficiência em classes de ensino regular comum, garantindo a inclusão, a socialização e um método centrado nesses estudantes (TAKAHASHI et al., 2014).
Já em 2001, houve a criação do Plano Nacional de Educação, trazendo questões relacionadas à Educação Especial:

> A Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação. O capítulo 8 do PNE é destinado à Educação Especial. Este documento tece um diagnóstico e traça as diretrizes, objetivos e metas para os próximos 10 anos. Segundo o PNE, a oferta de educação especial poderá ser realizada de três formas: participação nas classes comuns, sala especial e escola especial. Sendo que, as salas e escolas especiais devem ser apenas para aqueles que realmente não puderem ser atendidas nas salas convencionais. Neste sentido, a matrícula destes alunos vem crescendo a olhos vistos entre 1998 e 2003 (MACÊDO, 2010, p. 1).

A partir desses acontecimentos, as políticas públicas relacionadas ao processo de inclusão no Brasil, resultou em mudanças profundas na concepção de inclusão perante a sociedade. A preocupação do governo, da sociedade em geral e das famílias dos estudantes com deficiência envolvem a estruturação de seus desejos.

Sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), uma lei em destaque é a de nº 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA. Também chamada de Lei Berenice Piana, tratou a luta incansável de uma mãe a fim de garantir os direitos do seu filho.

A lei é dividida em oito artigos que norteiam aspectos dos direitos e benefícios básicos, destacando-se o incentivo à formação e capacitação de profissionais no atendimento à essas pessoas, bem como a pais e responsáveis; e na área educacional, impondo ao gestor escolar ou outra autoridade competente em qualquer nível de ensino, o pagamento de multa caso este se recuse a matricular o estudante seja ele com TEA ou portador de qualquer outro tipo de deficiência (BRASIL, 2012).

O vocábulo autismo foi criado em 1911, com base nas pesquisas de Bleuler, compreendendo-o como uma característica da esquizofrenia. Historicamente, o médico austríaco Kenner foi o primeiro a pesquisar sobre TEA, nos Estados Unidos.

Ele havia observado as características de um dos seus primeiros pacientes descritos em uma análise tradicional de 1938, a partir de onze crianças com transtorno semelhante: oito meninos e três meninas (KANNER, 1943).

No ano de 1943, as pesquisas de Kanner, colocaram o autismo como uma questão clínica que não estava relacionada com a esquizofrenia, como muitos outros pesquisadores acreditavam:

O autismo era objeto de hipóteses mecanizadas por biólogos, geneticistas e psicanalistas. Então, permanece um mistério a sua verdadeira origem e sua evolução. Sendo assim, e sem dúvidas é difícil determinar se a manifestação e ativa ou voluntária dessas crianças, se tem posição com deficiências biogenéticas cujas origens ainda são ignoradas de modo que se articulam, entre si criando desordem e anarquia no universo dessas crianças (AMY, 2001, p. 19).

Um ano depois, Asperger publicou o artigo: "Autistic psychopathy in childhood" em "Autism and Asperger Syndrome", trazendo seus estudos com pacientes que se tratavam com o médico e que estavam relacionadas a situações mais amplas do que Kanner foi capaz de observar, como os casos com comprometimento orgânico.

Asperger percebeu e identificou especificidades quanto aos gestos que os pacientes executavam e que não apresentavam significado, sendo compreendidos como estereotipias, assim como, a linguagem sem erros gramaticais, e certa ressalva em relação as pessoas ao se aproximarem.

Historicamente, desta forma, diferentes foram as explicações apresentadas para o TEA, de acordo com as pesquisas e a sociedade da época. Com o tempo, novas concepções surgiram em relação aos termos psicose e esquizofrenia, que se acreditava estar relacionada ao transtorno, tanto indicadas por Kanner quanto por Asperger, como o Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID), na Psicologia e o Transtorno Global de Desenvolvimento (TGD), na Psiquiatria.

Atualmente, a Neurociência compreende o autismo como um problema neurológico, chamado de Transtorno do Espectro Autista (TEA), incluindo-se o transtorno, a Síndrome de Rett e a Síndrome de Asperger (CONSENZA e GUERRA, 2011).

Orrú (2012), relata que as crianças com TEA apresentam em geral a inaptidão para estabelecer relações, um conjunto de atrasos e alterações na aquisição e uso da linguagem, preocupação em conservar o ambiente do jeito que estava inicialmente, além de repetir uma série limitada de atividades padronizadas.

Hoje conforme é conhecida, o TEA é definido como um transtorno do comportamento capaz de implicar no baixo desenvolvimento motor e psiconeurológico afetando a cognição, a linguagem e as interações sociais.

Quanto ao âmbito educacional, Tardif (2000) discute o ensino de estudantes com TEA, onde o padrão é disseminado por organizações de pesquisa, como o Council for Exceptional Children (CEC), que apresenta um capítulo exclusivo sobre as competências e habilidades que precisam ser trabalhadas pelos professores, descrito em um manual

de orientação para os atores envolvidos na Educação Especial.
Para as crianças com TEA a aprendizagem não ocorre do mesmo jeito, porque neste caso, existe uma relação desigual entre a significação e o cérebro. As informações recebidas não se transformam completamente em conhecimento. O professor deve entender as diferenças de cada um, já que as crianças com TEA não estão apenas para se socializarem, mas, aprenderem também.

TÉCNICAS E MÉTODOS PARA O ENSINO DE CRIANÇAS AUTISTAS

Depois, de um longo período sem muitas mudanças, no final da década de 1990, diversos países incluindo o Brasil, começaram a se preocupar com as pessoas com deficiência e com a inclusão.
A Conferência Mundial das Necessidades Educacionais Especiais de Salamanca, realizada no ano de 1994, trouxe discussões a respeito dessas e outras questões. Destacou-se a urgência de incluir pessoas com deficiência em classe de ensino regular comum e do professor desenvolver uma pedagogia centrada no estudante.
Dentre os diferentes tipos de deficiência, pode-se destacar o TEA, onde Kohane et al. (2012), o caracteriza como um transtorno que pode ocasionar dificuldades de socialização e comunicação, manifestando-se no desenvolvimento infantil desde a mais tenra idade.
O Transtorno do Espectro do Espectro Autista é definido principalmente por três condições, que despertam alertas para investigação, sendo elas: dificuldade na comunicação, interação social, e alterações no comportamento. O indivíduo com TEA apresenta dificuldades de: isolar sons, mudanças repentinas de ambientes e localização espacial e temporal.
Pessoas que apresentam esse transtorno, muitas vezes, apresentam diferenças de comportamento, o que pode indicar a sua presença. O problema está associado a uma gama de características que apresentam graus variados de classificação e associação a outros tipos de transtornos, resultando em indivíduos apresentando desafios diferentes para familiares, profissionais e educadores.
Orrú (2012), discute que dentre as características mais acentuadas com relação ao desenvolvimento de parte dos indivíduos com TEA, e que são perceptíveis no ambiente escolar, são problemas na linguagem e na comunicação, em casos mais graves a não verbalização, e o desenvolvimento tardio.
O autor destaca as contribuições de Vygotsky para uma abordagem histórico-cultural, a fim de compreender o papel que a escola tem e a importância da ação mediadora do professor em relação à aprendizagem, no desenvolvimento de diferentes funções psicológicas superiores e na formação de conceitos.
Particularmente segundo Azevedo (2017), existem lacunas tanto com relação ao conhecimento, quanto as novas formas de explicar sobre o desenvolvimento desses estudantes.
Outros autores referenciados discutem que a metodologia de ensino utilizada ao invés de auxiliar o estudante, muitas vezes, acaba criando obstáculos quanto a diferentes formas de intervenção, resultando em comprometimento no aprendizado.
É preciso no trabalho com estudantes com TEA, que a escola se especialize para recebê-los, bem como professores, funcionários, a equipe pedagógica e consequentemente, os próprios colegas de classe; a família e a comunidade, envolvendo todos os atores sociais para o pleno desenvolvimento dessas crianças:
Para além da relação professor aluno, as estratégias inclusivas devem acionar a comunidade escolar e os familiares dos estudantes. "É importante garantir momentos para que todos discutam a questão e possam pensar de forma conjunta ações concretas para que a inclusão aconteça", recomenda o educador" (BASÍLIO e MOREIRA, 2014, s/p.).
Um grande desafio enfrentado pelos profissionais da Educação é que a criança com TEA, muitas vezes apresenta dificuldade ao que se refere à afetividade e a expressão, base comumente utilizada para desenvolver outras crianças com deficiência. Segundo a Psicologia, esta incapacidade afetiva de determinadas crianças com TEA exige do professor, a busca por alternativas.
A Arte é uma das disciplinas que podem contribuir a partir de técnicas e métodos para o ensino de crianças com TEA. O mundo das imagens traz significativa contribuição a fim de mediar o conhecimento, que segundo Bueno (2002), pode observar resultados importantes na formação e nas relações sociais desses

estudantes.
O primeiro passo para auxiliar as crianças, dentro do espectro, é o estabelecimento de rotinas que sejam capazes de promover a equidade, diante dos chamados neuro típicos e trabalhar pensando em suas potencialidades e hiper focos.
Cabe ao professor também, exercitar juntamente aos estudantes, a tolerância, a empatia, a solidariedade, a amizade e a confiança para que eles se sintam amparados e acolhidos:
[...] para que ocorra a educação para uma criança autista, alguns fatores devem ser levados em consideração, por exemplo: a dificuldade de comunicação do autista, dificuldade na fala e as alterações repentinas de humor dessas crianças (PEREIRA et al., 2013, p. 65).

Desta forma, dentre outras áreas, a Arte serve de instrumento para desenvolver atividades relativamente simples, mas, que são capazes de atrair o estudante com TEA e promover a sua aprendizagem:
No caso do autista, o que está em jogo são as habilidades. É nelas que se deve investir para, assim, desenvolver as inabilidades (...). Isso reafirma a necessidade de não se esperar um comportamento dado, ao que a maioria dos indivíduos do espectro autista não corresponde (BASÍLIO e MOREIRA, 2014, s/p.).
Piaget (1990), relata que o surgimento das manifestações em jogos e brincadeiras, deve acompanhar o desenvolvimento da inteligência vinculada aos estágios de desenvolvimento cognitivo.
As crianças com TEA devem ser estimuladas a aprender o ato de se comunicar, utilizando símbolos, objetos tridimensionais, ilustrações e palavras. Para que essa interação aconteça é necessário fortalecer as formações de professores, criando uma rede de apoio entre professores, gestores e principalmente as famílias para que se tenha um retorno efetivo de uma educação inclusiva de qualidade.
Além disso, a participação das famílias deve ser vista como uma parte importante na constituição do trabalho e do planejamento educacional (CASTRO e REGATTIERI, 2009).

LUDICIDADE E TEA

A ludicidade desempenha um papel crucial no desenvolvimento de estudantes com TEA. Este enfoque educativo, que integra atividades lúdicas e brincadeiras no processo de ensino-aprendizagem, é fundamental para promover o desenvolvimento social, emocional e cognitivo dessas crianças.
A ludicidade permite que estudantes com TEA se envolvam em atividades de forma mais natural e prazerosa. Brincadeiras e jogos estimulam a imaginação, a criatividade e a interação social, aspectos que podem ser desafiadores para essas crianças. Além disso, atividades lúdicas são menos intimidadoras e mais acessíveis, o que facilita a inclusão e a participação ativa dos estudantes.
Para tal, através de pesquisa documental e de campo, colocar em prática a visão de teóricos e pesquisadores do tema:
A utilização dos jogos e das brincadeiras no universo da criança com transtorno do espectro autista busca refletir como o lúdico pode complementar na aprendizagem, proporcionando maior desenvolvimento de suas potencialidades, habilidades e possibilidades. Objetivando compreender como as brincadeiras e os jogos propiciam meios de inclusão (ALBUQUERQUE, 2018 s/p.)

Através de atividades lúdicas, as crianças podem desenvolver habilidades sociais importantes, como compartilhar, esperar a vez, seguir regras e colaborar com os colegas. Jogos de tabuleiro, brincadeiras em grupo e atividades teatrais são exemplos de ferramentas que podem promover interações sociais positivas e significativas.
Azevedo et al. (2018), relata que a ludicidade apresenta inúmeras potencialidades quanto a perspectiva de uma educação inclusiva, uma vez que as atividades lúdicas permitem maior interação e convívio para as crianças com deficiência e os demais colegas no mesmo ambiente, propiciando diferentes atividades e experimentações ricas para desenvolvê-las em todos os sentidos.
Assim:
As melhores respostas são as viso espaciais, devido à dificuldade de os indivíduos com autismo entenderem informações muito abstratas, e o mundo social ser incompreensível para eles. Com efeito, para esses estudantes, as palavras são somente palavras, os desenhos somente desenhos, os objetos somente objetos (SILVA, 2012, s/p.).
A ludicidade também contribui para o desen-

volvimento emocional. Atividades lúdicas oferecem um espaço seguro para que as crianças expressem e compreendam suas emoções. Por meio da dramatização e de jogos de faz de conta, elas podem explorar diferentes sentimentos e aprender a lidar com frustrações de forma construtiva.

Jogos educativos e atividades lúdicas estruturadas ajudam a aprimorar habilidades cognitivas, como memória, atenção, resolução de problemas e linguagem. Brincadeiras que envolvem cores, formas, números e letras são eficazes para ensinar conceitos básicos de maneira divertida e envolvente (PEREIRA et al., 2013).

Para que a ludicidade seja efetiva no desenvolvimento de estudantes com TEA, é fundamental que os educadores estejam bem-preparados e utilizem estratégias adequadas. Algumas práticas recomendadas incluem: adaptação de atividades; uso de tecnologia; ambiente estruturado; envolvimento familiar. A ludicidade não é apenas uma estratégia pedagógica, mas uma abordagem essencial para o desenvolvimento integral de estudantes com TEA. Ao incorporar brincadeiras e jogos no cotidiano escolar, os educadores podem criar um ambiente inclusivo e estimulante, onde cada criança tem a oportunidade de crescer e aprender de forma significativa (AZEVEDO et al., 2018).

Quanto as bases científicas da ludicidade para o desenvolvimento de crianças com TEA, ou o uso de jogos e brincadeiras no contexto educativo, possui uma fundamentação científica robusta que apoia seu uso no desenvolvimento dessas crianças. Diversas pesquisas demonstram que atividades lúdicas promovem avanços significativos em áreas críticas como habilidades sociais, emocionais e cognitivas. Pesquisas mostram que crianças com TEA frequentemente enfrentam desafios na teoria da mente, a habilidade de compreender e antecipar os pensamentos e sentimentos dos outros. Atividades lúdicas, como jogos de papéis e brincadeiras de faz de conta, ajudam a praticar e desenvolver essa habilidade, proporcionando um contexto seguro para experimentar diferentes perspectivas e emoções. Estudos indicam que jogos estruturados e atividades em grupo podem melhorar a interação social. Por exemplo, um estudo publicado no "Journal of Autism and Developmental Disorders" mostrou que intervenções baseadas em jogos aumentam significativamente a interação social e a comunicação entre crianças com TEA.

A ludicidade oferece oportunidades para crianças com TEA aprenderem a reconhecer e regular suas emoções. Pesquisas indicam que jogos que envolvem regras e estrutura ajudam as crianças a praticarem a autorregulação e a lidar com a frustração de maneira saudável. Atividades lúdicas, especialmente aquelas que envolvem planejamento, memória de trabalho e resolução de problemas, são fundamentais para o desenvolvimento das funções executivas. Um estudo de 2014 mostrou que jogos estruturados podem melhorar a atenção e a capacidade de planejamento em crianças com TEA (BASÍLIO e MOREIRA, 2014).

Jogos que incentivam a comunicação verbal e não-verbal são eficazes no desenvolvimento da linguagem. Pesquisas apontam que a ludicidade promove a aquisição de novos vocabulários e melhora a compreensão e uso da linguagem.

A ludicidade pode influenciar positivamente a neuroplasticidade, a capacidade do cérebro de se reorganizar formando novas conexões neurais. Atividades lúdicas estimulam diversas áreas do cérebro simultaneamente, promovendo o desenvolvimento neural de forma holística. Estudos de neuroimagem mostram que crianças envolvidas em atividades lúdicas apresentam maior ativação em áreas do cérebro associadas à cognição social e à regulação emocional (ALBUQUERQUE, 2018).

Quanto a análise do Comportamento Aplicada (ABA), embora tradicionalmente associada a abordagens mais estruturadas, a ABA também pode incorporar atividades lúdicas para ensinar habilidades específicas. Estudos mostram que a inclusão de jogos e brincadeiras na ABA pode aumentar o engajamento e a motivação das crianças.

As bases científicas da ludicidade destacam seu potencial para promover o desenvolvimento integral de crianças com TEA. Integrar jogos e brincadeiras no contexto educativo e terapêutico oferece uma abordagem eficaz e envolvente para superar os desafios associados ao autismo, melhorando a qualidade de vida e o bem-estar dessas crianças.

CONCLUSÃO

O papel do professor na perspectiva do desenvolvimento da criança com TEA é tornar possível a socialização da criança, assim como a aprendizagem de acordo com a metodologia que atenda suas especificidades.
Muitas vezes, essa criança não consegue desenvolver atividades grupais, exigindo desta forma, sensibilidade por parte do professor para incluí-la, visto que a socialização é um dos fatores que constitui a aprendizagem.
Nesse sentido, o professor precisa identificar as dificuldades, investigando o nível de desenvolvimento que essas crianças apresentam como potencialidade, para escolher quais as reais necessidades devem ser contempladas no trabalho com essa criança.
Ainda, é preciso destacar que a realidade de muitas escolas, demonstra a falta de preparo por parte de alguns professores, pois, as medidas governamentais não contemplam a formação continuada na área da Educação Especial, fazendo com que poucos professores tenham a formação inicial voltada para a inclusão, e menos ainda, voltada para o TEA. Isso implica na não identificação a respeito das reais necessidades desses estudantes, para desenvolvê-los de forma autêntica, refletindo as dificuldades encontradas não só na Educação Infantil, mas, na Educação Básica como um todo.
É preciso também pensar na importância da discussão sobre a temática, pois, possibilita ampliar as questões já encontradas na literatura, como as características do TEA, permitindo aos professores repensarem quanto a inclusão e seus desafios para consolidar o processo, garantindo a progressão da aprendizagem da criança com TEA na Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, O.A. de. A utilização de jogos e brincadeiras na Educação Infantil para crianças com TEA. Disponível em:https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/14168/1/OAA06112018.pdf. Acesso em: 14 jul. 2024.

AMY, M.D. Enfrentando o autismo: a criança autista seus pais e a relação Terapêutica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

AZEVEDO, M.O. Práticas pedagógicas desenvolvidas com alunos com transtorno do espectro autista na escola regular: uma revisão integrativa da literatura. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017, 153 p.
BASILIO, A.; MOREIRA, J. Autismo e escola: os desafios e a necessidade da inclusão. 2014. Disponível em: http://educacaointegral.org.br/noticias/autismo-escola-os-desafios-necessidade-da-inclusao/. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Lei n. 12.764, de 27 de Dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 16 jul. 2024.

BUENO, R.P. A Arte na diferença: u estudo da relação da arte/conhecimento do deficiente mental. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, São Paulo.

CASTRO, J.M.; REGATTIERI, M. Interação Escola família: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2009.

CONSENZA, R.M.; GUERRA, L.B. Neurociência e educação: como o cérebro aprende. Porto alegre, Artmed, 2011. CRUZ, Talita. Autismo e Inclusão: experiências no ensino regular. Jundiaí: Paco editorial, 2014.

KANNER, L. Autistic Disturbances of Affective Contact. Nervous Child, 1943, n. 2, p. 217-250.

KOHANE, I.S.; MCMURRY, A.; WEBER, G. The Co-Morbidity Burden of Children and Young Adults with ASD. PlosOne 7:e33224, 2012.

MACÊDO, J.A.S. Inclusão: a escola está preparada para ela? Disponível em: https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/educacao/inclusao-

-escola-esta-preparada-para-ela.htm>. Acesso em: 12 jul. 2024.

ORRÚ, E.S. Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

PEREIRA, C.A. V.; PEREIRA, C.F.V.; PEREIRA, C.C.V. AUTISMO INFANTIL: aplicações do ensino estruturado na inclusão escolar. Rev. Ciunc. Saúde Nova Esperança, Dez. 2013. Disponível em: htp://www.facene.com.br/wpcontent/uploads/2010/11/12Autsmo-infantl-aplica%C3%A7%C3%B5es-doensino-estruturado-na-inclus%C3%A3o-escolar_editado.pdf. Acesso em: 13 jul. 2024.

SILVA, A.B.B. Mundo singular: entenda o autismo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

TAKAHASHI, A.R.W.; AMÉRICO, B.L.; CARNIEL, F. Gestão pública da educação especial e formalismo nas políticas públicas inclusivas – o caso do Brasil. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.22, n.83, p. 379-410, abr./jun. 2014.

TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 13, n. 5, p. 5-24, 2000.